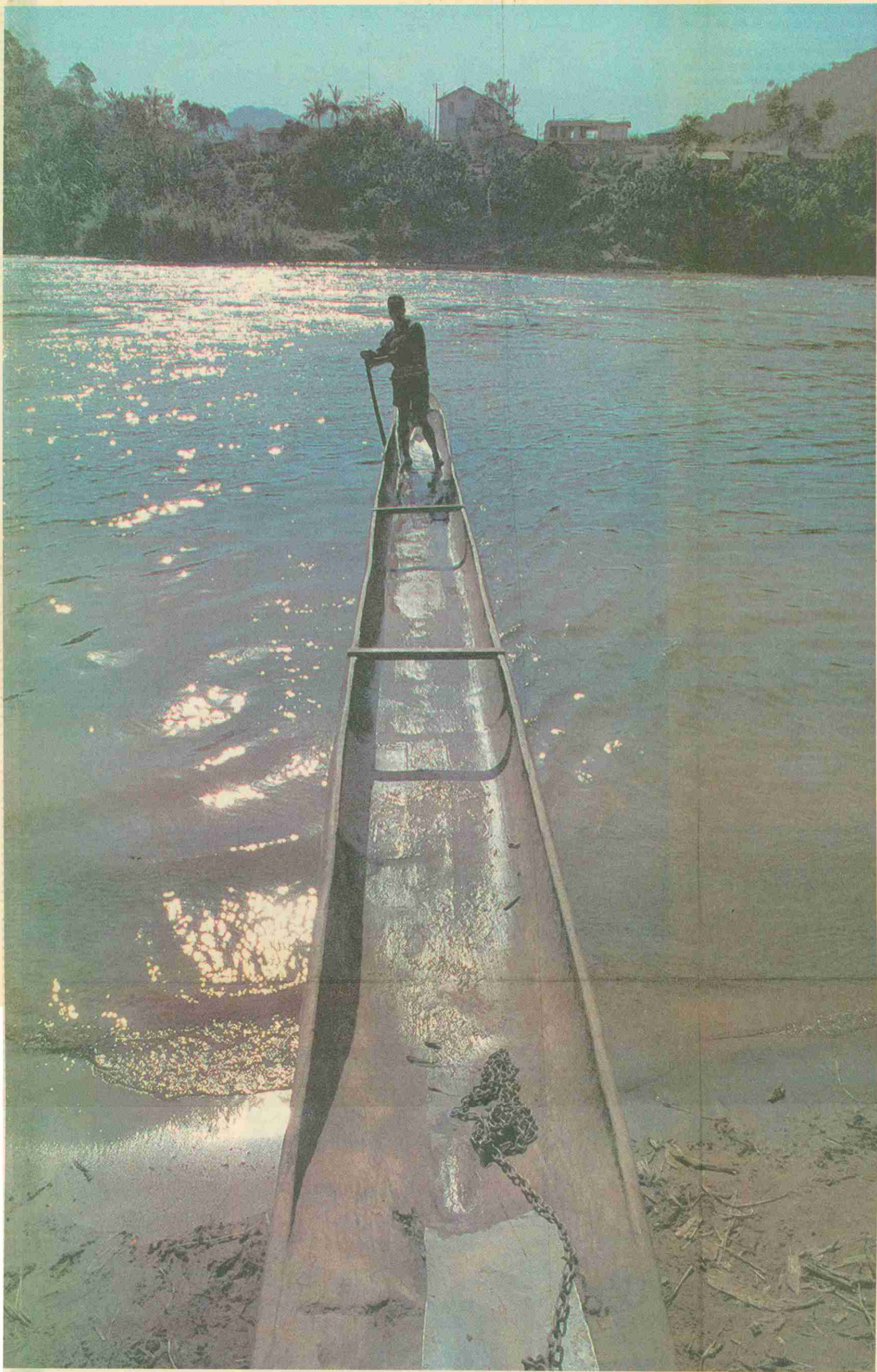




RIOS PISCOSOS cortam a Mata Atlântica, alimentando um dos ecossistemas mais ricos do país



ROTINA: vista aérea da cidade de Eldorado. Prejuízos e desabrigo fazem parte da vida dos habitantes

Ecoturismo ou hidrelétricas? Questão vital de prioridades

O ecoturismo – vide Caverna do Diabo – existe de forma incipiente há muito tempo e tem potencial para se transformar em uma força econômica do Vale. As hidrelétricas, por sua vez, podem inundar tesouros naturais, mas prometem acabar com as enchentes e possibilitar o desenvolvimento econômico da região.

Hoje a pequena Iporanga já ostenta, com orgulho, alguns hotéis e restaurantes. O turismo ainda é incipiente, mas tem potencial para se tornar uma importante força econômica na região.

Além da própria cidade ribeirinha, tombada pelo Patrimônio Histórico, com casas de taipa da época do apogeu do ciclo da mineração e uma calma de ouro, dentro do município fica a sede do Petar - Parque Ecológico Turístico do Alto Ribeira -, que concentra cerca de 250 cavernas. É um dos destinos mais famosos da ascendente atividade ecoturística brasileira.

A entrada do Petar fica no distrito da Serra, a 12 quilômetros da cidade, onde a economia gira em torno dos visitantes. Em feriados, chega-se a ter mais de 500 pessoas de fora hospedando-se e consumindo no lugar. Uma pequena indústria turística já existe há décadas, a princípio impulsionada principalmente pelas excursões escolares à famosa Caderna do Diabo.

Descobridor de cavernas

Um dos guias mais antigos do Petar, Joaquim Justino, o J.J., é a expressão do que muitos ambientalistas desejam da relação do homem com a natureza. J.J. já trabalhou com mineração e caiu muito nas matas da região. Por conta disto descobriu mais de 20 cavernas. Hoje é funcionário do parque, ganha com a preservação da floresta e preside uma Ong, a ASA, Associação Serrana Ambientalista, formada por moradores locais e pessoas de fora capacitadas a dar algum tipo de contribuição para a causa.

O maior objetivo da ASA é unir o conhecimento empírico das pessoas que vivem na terra e o conhecimento científico para realizar projetos com o princípio que um dos fundadores, o agrônomo Antônio Eduardo Sodrzereski - o Mamute -, chama de "resgate etno-botânico", que seria na prática realizar o manejo sustentável da floresta com participação da população.

A associação promove cursos de guias para dar opção de empregos à população local. O primeiro grupo foi formado no ano passado. Quando algum turista está interessado em fazer um passeio, o parque entra em contato com a ASA, que aciona um dos seus guias cadastrados. "Dois dos guias formados pela ASA hoje são gerentes de hotéis locais", vangloria-se Mamute.

Além das cavernas, o Vale tem grande diversidade de plantas e bichos, rios de corredeira, cachoeiras e belas praias de rios. Com

maior estrutura, a pesca de suas múltiplas espécies de peixe poderia atrair boa parte do turismo que hoje se dirige à região do Pantanal.

Hidrelétricas

Há projetos de se construir quatro usinas hidrelétricas no rio Ribeira de Iguape, o que segundo ambientalistas irá inundar um patrimônio natural inestimável. A construção da usina de Tijuco Alto, da Companhia Brasileira do Alumínio, empresa do grupo Votorantim, já foi aprovada.

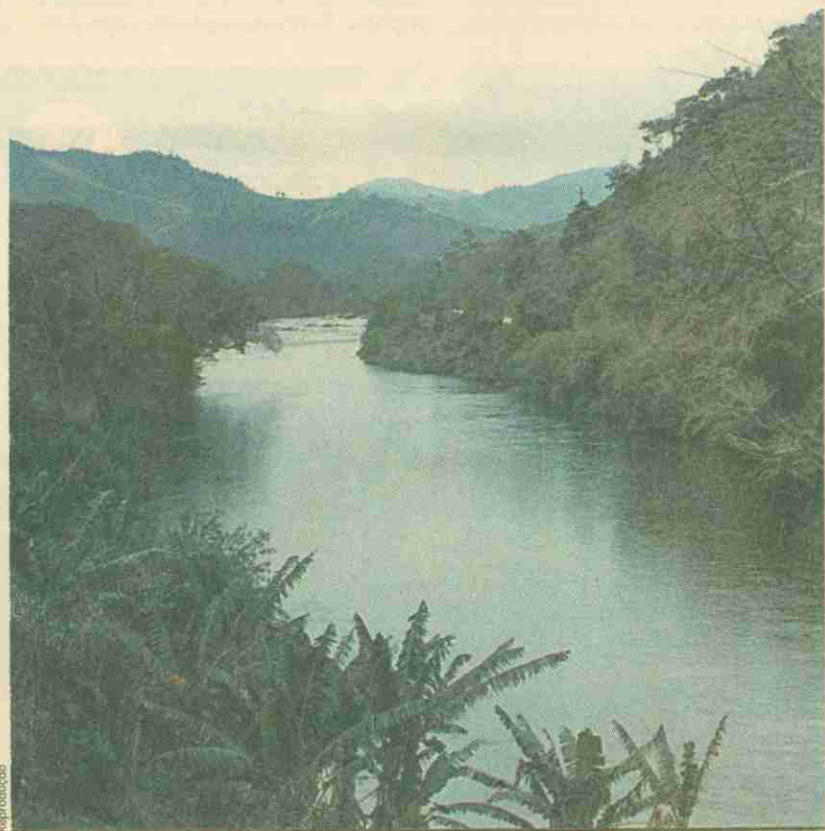
Uma reunião do Comitê da Bacia do Rio Ribeira de Iguape, formado por várias representações regionais, votou por uma moção a favor das usinas. Há várias acusações de que o povo está sendo induzido a apoiar a construção das usinas com a promessa de empregos e desenvolvimento para a região.

Os bananicultores locais votaram a favor das barragens, pois há promessas de que o nível do rio será controlado, evitando as temíveis enchentes. Segundo o agrônomo Ronaldo Ribeiro, porém, a barragem de Tijuco Alto não será suficiente para conter uma enchente como a deste ano.

As outras três usinas ainda estão em fase de estudos. Mas teme-se que com a aprovação de Tijuco Alto seja aberto um precedente para a construção das outras. Os ambientalistas alertam que os reservatórios podem desequilibrar o ecossistema da Mata Atlântica, além de inundar sítios arqueológicos e cavernas. Na opinião de Ronaldo Ribeiro, antes de qualquer decisão sobre as barragens, deveria haver uma proposta séria de desenvolvimento para a região. Um dos entraves ao desenvolvimento são as restrições ambientais. Para o agrônomo, a legislação, ultrapassada, deveria permitir a exploração sustentável nos parques, o que poderia se tornar uma alternativa econômica.

Como exemplos de atividades potenciais ele cita a coleta de plantas medicinais e a tão controversa extração de palmito. Ronaldo coordenou uma pesquisa na Fazenda Intervalos que estabeleceu os parâmetros para a extração racional de palmito. O DEPRN - Departamento Estadual de Proteção aos Recursos Naturais - regularizou a atividade.

Hoje, há uma fazenda de 30 mil hectares que explora o palmito legalmente. Mas dentro das reservas ainda é ilegal. "Uma vez provado que o manejo racional de palmito é viável, por que não explorá-lo?", conclui o agrônomo.



O RIO RIBEIRA DO IGUAPE banha o vale e dá nome à região

Ribeira, um vale abençoado pela natureza. Mas só por ela

Com o maior faixa contínua de Mata Atlântica do Brasil – 120 mil hectares –, o Vale do Ribeira é uma das mais ricas reservas de vida animal e vegetal do país. Por outro lado, 70% de sua população não chega a ganhar dois salários mínimos por mês e vive à mercê das enchentes e à espera do ecoturismo, das indústrias, das hidrelétricas...

Uma impressão contraditória se apossa do viajante observador que entra no Vale do Ribeira, margeando o caudaloso Ribeira de Iguape, em direção à região das cavernas. Ao passo que a Mata Atlântica, cada vez mais exuberante, invade a paisagem, aumenta a pobreza da população que se amontoa nas poucas clareiras abertas à beira do rio. Próximo à Caverna do Diabo, a meio caminho da estrada que liga Eldorado a Iporanga, uma das únicas asfaltadas de toda a região, crianças fazem “pedágio” em frente aos obstáculos para pedir esmolas. O Vale do Ribeira é a face esquecida do estado mais rico do país. Nele, 70% das pessoas têm renda de apenas 1,5 salário mínimo. Não há indústrias. A agricultura sempre se baseou no chá preto e nas bananas. A extração do palmito foi proibida. O ecoturismo ainda está apenas começando.

O drama de seus habitantes representa bem uma das principais inquietações dos ambientalistas de todo o mundo: como conciliar desenvolvimento e preservação? Abrigando a maior faixa contínua de Mata Atlântica do Brasil – cerca de 120 mil hectares – a região é disparadamente a mais pobre do Estado de São Paulo e uma das mais carentes do país.

O grande vilão da história, na visão popular que impera no Vale, é o tal de “meio ambiente”. Antes da preocupação – excessiva, para a maioria – em manter a natureza como está, o “desenvolvimento” do Ribeira foi provido primeiro pela mineração, depois pela extração de palmito. Quando o poder público – alarmado com o aumento de casos de desmatamento e ocupação irregular do solo – transformou a maior parte da região em parques, reservas e áreas de preservação, essas atividades foram bruscamente interrompidas ou continuaram, mas na ilegalidade. Hoje, quem retirar um pé de palmito pode ser preso.

Iporanga é uma ilha na floresta

E mais: alguns locais onde vivem comunidades remanescentes de quilombos e agricultores tradicionais foram transformados em áreas de parque. Legalmente não se pode fazer uma única roça nessas lugares. Ignorou-se oficialmente que lá vivem pessoas há centenas de anos. A população ficou sem meios de garantir o seu sustento.

Do alto de uma colina que protege as águas a cidade de Iporanga, o aposentado Benedito Nunes, de 57 anos, vê um tronco de árvore boiando rio abaixo e pergunta em

tom de ironia se poderia pegar a madeira sem ser multado. E reclama: “esse negócio de meio ambiente só atrapalha”. Diante de uma necessidade básica, que é alimentar-se e alimentar sua família, o trabalhador questiona o imobilismo a que é obrigado “pelos políticos”.

Iporanga é uma verdadeira ilha plantada no meio da Mata Atlântica. A população de 4,5 mil habitantes há muito tempo não aumenta. Nem tem para onde. A cidade não é propriamente miserável, mas é como se tivesse parado no tempo. Os habitantes vivem do comércio e de alguns serviços, como hospital e, por enquanto, banco.

Devido à falta de movimento, a agência do Banespa do município está prestes a fechar. Como dizem os iporanguenses, é uma “boa cidade para aposentados”. O grande desafio hoje é fazer com que toda a riqueza natural do Vale reverta benefícios à população local sem que isso represente uma ameaça ao equilíbrio da Mata Atlântica.

Na opinião do diretor técnico da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, Clayton Lino, hoje o jogo está virando e a conscientização ecológica aumentou. “A pessoa que tirava o palmito perto da sua casa, percebeu que tem que ir cada vez mais longe”. Estavam certos aqueles que na década de 50 se adiantaram ao impor restrições à exploração da mata. Para Clayton, o desenvolvimento do Vale não esbarra nessas restrições, mas é uma questão de organização da sociedade local.

Um exemplo de que a sociedade de Iporanga está mais consciente e organizada, foi visto na escola local, onde há três anos a professora do ginásio Soraia da Silva Konesuk foi a maior responsável por um movimento que resultou no impeachment do então prefeito.

Desde 92 a professora organizava discussões em classe sobre o andamento dos trabalhos na câmara dos vereadores. Quando começaram a ser observados abusos na administração, a professora começou a articular na escola o movimento, que depois se irradiou para as famílias dos alunos e para todo o município. No dia 4 de novembro de 95, o impeachment foi decretado, em meio a grande mobilização popular. “Havia música, faixas, as pessoas pintavam as caras”, lembra Soraia. Hoje, toda semana alguns alunos assistem às sessões da Câmara e depois passam o que ouviram aos colegas, em debates dos quais participa toda a escola.

Marcelo Delduque, especial para o JT



DESMATAMENTO e ocupação irregular já começam a afetar o equilíbrio ecológico da região

Enchentes: como a região convive com a tragédia

Tem virado rotina (assim como a Seca no Nordeste): todo ano, na época das chuvas, o Vale do Ribeira inunda e muitos de seus 15 municípios decretam estado de calamidade pública

A tragédia das enchentes do Vale do Ribeira só tem uma diferença das secas do Nordeste: a excessiva quantidade ou a total escassez de chuva. No mais, são bem parecidas. Periódicas, as enchentes tem se tornado um fenômeno datado. É só vir a época das chuvas, e casas e plantações de boa parte de seus 15 municípios vão pra baixo d’água; milhares de pessoas ficam desabrigadas; ocorrem algumas mortes, surtos de doenças e a região fica isolada do resto do Brasil por terra, já que a rodovia Régis Bittencourt – a única que passa por ali – se torna intransitável. A população, pequena, parece ter se acostumado com a tragédia anunciada.

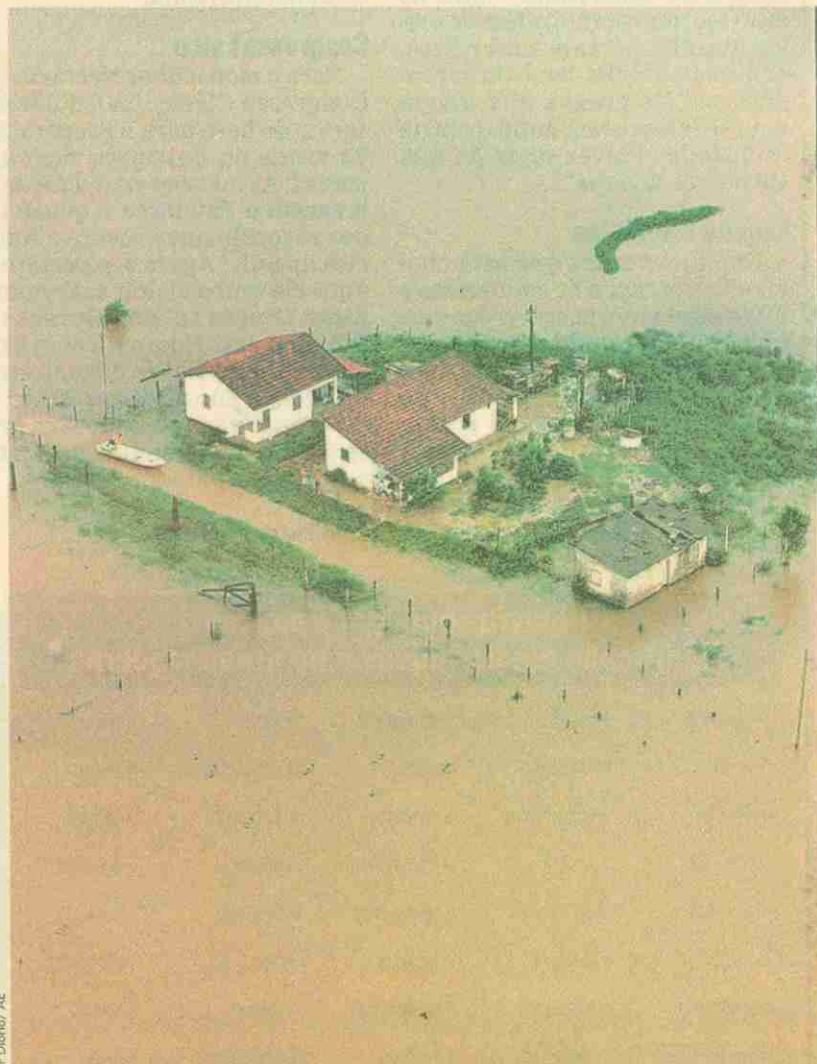
Seus 230 mil habitantes do Vale – menor densidade populacional do Estado – já estão se acostumando a esperar pelo pior e depois esperar novamente pelos donativos do país inteiro, enquanto aguardam a água

baixar e os homens públicos tomarem uma providência para que no ano seguinte a coisa não se repita. Enfim, é uma espera só.

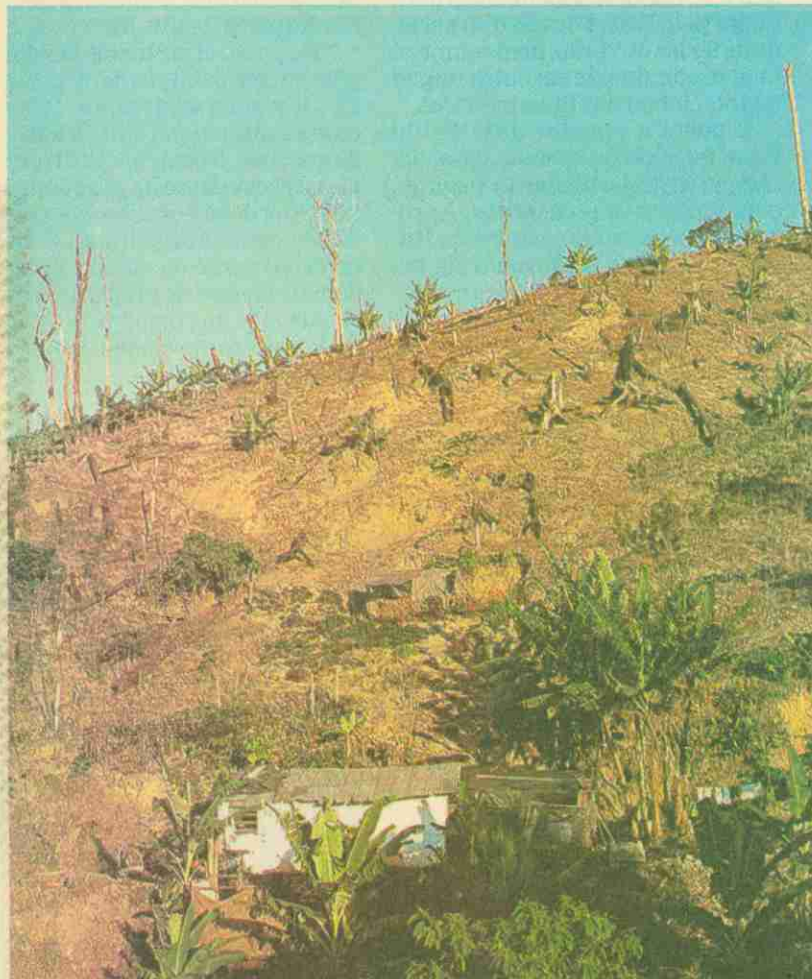
O drama das enchentes no Ribeira virou assunto nacional. Ironicamente, a região parece se fortalecer após a tragédia. As prefeituras vivem entulhadas com donativos que chegam do país inteiro. “Teve gente que ficou bem de vida”, diz o ex-assessor de turismo da prefeitura de Iporanga, Nilton Rosa Pinto.

Nos degraus da escadaria que liga a praça principal à barranca do Ribeira de Iguape, há marcas do nível que o rio atingiu nas cheias históricas. A enchente de 1937, considerada a “maior dos últimos 500 anos”, alcançou o último degrau. A de 97, submergiu toda a escadaria e chegou nas janelas das casas. Teve gente que entrou em casa de canoa. A deste ano atingiu também um dos últimos lances da escada.

A economia vive o círculo vicioso da pobreza: o rarefeito mercado empresarial – onde se destaca a agroindústria da banana – não impede que os cofres municipais vivam às moscas. A consequência social é imediata: a mortalidade infantil na região é de 26.90 por mil nascimentos, mais do que o dobro da média do Brasil.



LAVOURA PERDIDA: enchente em zona rural entre Eldorado e Registro



DESTAMATAMENTO em Cajati, cidade próxima a Eldorado